

RESENHA

O pós-abolição e o destino dos negros no Brasil e no Caribe

André Rodrigues

<https://orcid.org/0000-0001-9286-089X>

ROCHA, Elaine P. (ed.). **Many rivers to cross**: black migrations in Brazil and the Caribbean. Delaware: Vernon Press, 2024. 213 p. ISBN: 978-1-64889-767-2.

Em um livro que se tornou clássico, intitulado *A integração do negro na sociedade de classes*, o sociólogo Florestan Fernandes, em 1964, desafiou as narrativas predominantes sobre a escravidão que existiam no Brasil até princípios da década de 1960. Naquele período, prevalecia a ideia de que a escravidão brasileira não fora violenta, defendendo a perspectiva de um “cativeiro brando” e de caráter complacente, que escondia os conflitos e a brutalidade da instituição escravocrata, conforme argumentado por Gilberto Freyre em *Casa-grande & senzala*, em 1933 (Rodrigues, 2022, p. 53-56). Florestan Fernandes contestou essa visão, rompendo com a noção de relações harmoniosas durante o período escravista. Ele refutou o mito da democracia racial e a ideia de uma escravidão benevolente, ao evidenciar que a cruzeza e a violência que marcaram as relações sociais estavam longe de se limitar às interações entre escravizados e senhores, mas, de fato, eram a base necessária para manter a coesão e a estabilidade de toda a estrutura social (Ruy, 2000, p. 19).

E, nessa realidade, após a abolição, ocorrida em 13 de maio de 1888, é essencial notar que os ex-escravizados e seus descendentes foram deixados à mercê de suas próprias condições. O governo imperial, e posteriormente, os diversos governos republicanos falharam em implementar reformas sociais e econômicas que os inserissem em uma sociedade fundamentada no trabalho livre. Florestan Fernandes nos recorda que o destino dos negros no pós-abolição é marcado por uma narrativa repleta de sofrimento, preconceito, tragédias e inúmeras injustiças. Ele expressou isso com as seguintes palavras:

A desagregação do regime escravocrata e senhorial operou-se, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou outra qualquer instituição assumissem encargos especiais para prepará-los para o novo regime de organização da vida e do

trabalho. O liberto se viu convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva.

Essas facetas da situação humana do antigo agente do trabalho escravo imprimiram à Abolição o caráter de uma espoliação extrema e cruel (Fernandes, 2008, p. 29).

Percebe-se pela escrita de Florestan Fernandes que muitas das injustiças enfrentadas pela população negra estão ligadas à maneira como as elites imperiais conduziram o processo de sua libertação. As razões que levaram à abolição foram diversas e variaram ao longo do tempo e das diferentes regiões do Brasil, mas o aspecto central desse processo pode ser explicado pelo avanço do capitalismo no país, que revelava ser o trabalho escravizado não apenas ultrapassado e antieconômico, mas também ineficiente para o desenvolvimento do Brasil.

A partir da década de 1870, o governo brasileiro começou a promover a imigração de trabalhadores, especialmente europeus, para as plantações de café no Sudeste. Este é um período em que escravizados e trabalhadores assalariados coexistem.

Com a abolição da escravidão, os negros que haviam sido escravizados e seus descendentes se viram abandonados à própria sorte, precisando se adaptar ao novo modelo de trabalho: o trabalho livre. E, como não havia mais a obrigatoriedade de permanência na localidade onde foram mantidos cativos, muitos libertos e seus familiares ganharam a liberdade de migrar para locais onde acreditavam encontrar melhores oportunidades de vida e prosperidade, mesmo sob a mácula de serem ex-escravizados e do preconceito que pairava sobre eles. É essa busca que visa evidenciar as diversas possibilidades de movimentação no contexto do pós-escravidão, tanto no Brasil quanto no Caribe, que constitui o cerne da obra *Many rivers to cross: black migrations in Brazil and the Caribbean* [= “Muitos rios para cruzar: migração negra no Brasil e no Caribe”].

Organizado pela professora Elaine Pereira Rocha, da Universidade das Índias Ocidentais em Barbados, o livro é estruturado em nove capítulos, distribuídos em três partes, e destaca principalmente as experiências dos libertos após o fim da escravidão no Brasil.

A primeira seção, intitulada “Slavery and forced migrations”, contém três capítulos e parte da discussão de que o tráfico atlântico de africanos, caracterizado como um deslocamento forçado e ocorrido entre os séculos XV e XIX, resultou na chegada compulsória de mais de 12,5 milhões de africanos nas Américas, sendo o Brasil o país que mais recebeu escravizados, com quase 5,1 milhões de indivíduos desembarcados em seus portos, conforme dados extraídos do banco de dados do comércio transatlântico de escravizados africanos, abrangendo o período de 1501 a 1866, da Universidade de Emory, nos Estados Unidos (<http://www.slavevoyages.org>).

Diante disso, o capítulo inicial, “The Atlantic slave trade and the Portuguese-Brazilian slavocrat social formation”, escrito por João-Manuel Neves do Centro de Estudos Comparatistas da Universidade de Lisboa, em Portugal, apresenta uma análise sobre o comércio de escravizados destinado ao Brasil.

No segundo capítulo, “Fugitive slaves in an unstable border region: patterns of Nineteenth Century slave flight from Brazil to Uruguay and Argentina”, de Karl Monsma, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e de Patrícia Bosenbecker, da Universidade Federal da Grande Dourados, é abordada a migração de escravizados brasileiros que decidiram deixar o cativeiro e cruzar a fronteira meridional do Império brasileiro em busca de abrigo e liberdade no Uruguai ou na Argentina ao longo do século XIX, que eram países que já haviam abolido a escravidão antes da metade daquela centúria. E vale ressaltar que muitos escravizados fugitivos se aproveitaram do momento político instável que envolveu aqueles três países, especialmente durante e após a Guerra do Paraguai, para escapar e até mesmo se insurgir, desafiando seus senhores e a própria ordem escravista.

O terceiro capítulo, “Slavery and cassava in the Atlantic world: commercial and cultural relationship between Rio de Janeiro and Angola in the Nineteenth Century”, de Nielson Rosa Bezerra da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, aborda a dinâmica entre Angola e o Rio de Janeiro. Neste contexto, são explorados aspectos da escravidão e do deslocamento, destacando a mandioca como um elemento cultural que vai além de sua função primária como alimento.

Se, na primeira parte, o foco esteve na discussão da migração dentro do contexto da escravidão, na segunda parte se discute a atuação da população negra no período pós-abolição (“Black agency in the post abolition”). Também composta por três capítulos, esta seção começa explorando a migração de famílias do Rio de Janeiro em direção ao sul fluminense, no período de 1888 a 1940, com o objetivo de cultivar laranjas e outros produtos agrícolas, como mostrado por Carlos Eduardo Coutinho da Costa, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em “The great migration in Brazil: blacks families and households. Rio de Janeiro (1888-1940)”.

Mantendo o foco no Rio de Janeiro, Lúcia Helena Oliveira Silva, da Universidade Estadual Paulista, no quinto capítulo “Life after slavery: migration, work and culture in Brazil 1900-1929”, analisa, com base em documentos policiais, que essa região se tornou o destino de diversos migrantes de todo o Brasil que, ao deixarem o cativeiro, buscaram novas oportunidades na capital federal nas três primeiras décadas do século XX.

Na sequência, o sexto capítulo, “Historical aspects of forced and free black migrations in the ABC Islands”, de Marco A. Schaumloeffel, da Universidade da Colúmbia Britânica, no

Canadá, traz informações além do Brasil, em que discute alguns dos aspectos históricos resultantes da migração escravizada nas ilhas do Caribe, conhecidas como Ilhas ABC.

Por último, a terceira parte, “Unwanted people with dangerous ideas”, tem como foco proporcionar discussão em torno das concepções de invisibilidade que sugerem com o intuito de restringir a “circulação” da população negra, além de discutir uma política de racialização estabelecida, especialmente na sociedade brasileira, voltada ao controle de corpos negros e à imposição de uma ordem social sob a perspectiva branca. Isso gerou as ideias de raça e racismo em nosso meio. Os três capítulos que compõem essa seção buscam analisar os fenômenos de branqueamento, democracia racial e diásporas, conforme alertado por Florestan Fernandes na década de 1960.

Assim, o sétimo capítulo, “The antillean immigration in Cuba: labor and the politics of race”, de Kátia Couto, da Universidade Federal do Amazonas, aborda essas questões em Cuba, nos convidando a refletir sobre como muitos dos libertos cubanos, assim como seus equivalentes brasileiros, conseguiram alcançar condições sociais mais favoráveis por meio de relações de apadrinhamento.

O oitavo capítulo, “No ugly people in the paradise: undesirable immigrants in the Brazilian racial democracy”, escrito pela organizadora da obra, Elaine Pereira Rocha, empreende análise sobre a rejeição a imigrantes indesejados na perspectiva da democracia racial. Nesse contexto, a formulação de políticas imigrantistas feitas pelo governo e fazendeiros brasileiros demonstrava repúdio à presença de russos, chineses ou turcos entre nós, pois os viam como pertencentes a grupos considerados inferiores, assim como os ex-escravizados e seus descendentes. A aspiração era por um Brasil moderno e europeizado.

Por último, no nono capítulo, “Diasporic echoes in the global south: the Italo-Ethiopian War and Brazil”, de Petrônio Domingues da Universidade Federal de Sergipe, discutem-se temáticas relacionadas ao universo das diásporas e suas estreitas relações com conflitos de guerra, como a travada pela política expansionista da Itália contra a Etiópia, de 1935 a 1937, que provocou a migração forçada de etíopes para várias partes do planeta, como para o Brasil.

Enfim, textos que abordam como, apesar do racismo estrutural profundamente enraizado em nossa sociedade, pessoas negras conseguiram conquistar a ascensão social por meio de suas constantes batalhas diárias, mesmo diante das mais severas condições socioeconômicas, uma vez que a abolição da escravidão não trouxe, de imediato, a liberdade plena para os negros. No livro *Many rivers to cross*, há vários exemplos que nos ajudam a entender que o fim da escravidão no Brasil marcou o começo de uma nova etapa de marginalização, abandono e invisibilidade social para os ex-escravizados. Sem política pública de inclusão, esses sobreviventes da escravidão foram lançados em uma sociedade que continuava a ex-

cluí-los, marcada por um racismo estrutural que ainda existe nos dias de hoje, como observado nas palavras de Florestan Fernandes escritas há mais de sessenta anos.

A coletânea amplia essa discussão ao mostrar como a migração e a resistência negra, tanto no Brasil quanto no Caribe, foram formas de agência frente às adversidades do pós-abolição. Os diferentes capítulos revelam que, mesmo em contextos muito desiguais e sob políticas que tentavam apagar ou controlar a presença negra, homens e mulheres negros encontraram maneiras de reconstituir suas vidas, suas identidades e suas comunidades. Por isso, entender o destino da população negra após a abolição vai além de uma narrativa celebrativa, como a do 13 de maio no Brasil. É preciso reconhecer que ainda há muitos obstáculos, ou “rios”, a serem superados, como indica o próprio título do livro, para que a verdadeira justiça histórica e social seja alcançada. A memória da escravidão, os efeitos do racismo e a luta por cidadania plena continuam sendo questões essenciais para qualquer projeto de sociedade democrática e igualitária.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

ROCHA, Elaine P. (ed.). **Many rivers to cross**: black migrations in Brazil and the Caribbean. Delaware: Vernon Press, 2024.

RODRIGUES, André Figueiredo. **Historiografias sobre o Brasil colonial**: 1950-2000. São Paulo: FFLCH/USP, 2022.

RUY, José Carlos. Do escravo ao cidadão. Princípios: **Revista** Teórica, Política e de Informação, São Paulo, n. 57, p. 16-21, 2000.

Recebido em outubro/2024 | Aprovado em setembro/2025

MINIBIOGRAFIA

André Rodrigues

Doutor em História pela Universidade de São Paulo. Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), câmpus de Assis.

E-mail: andre.f.rodrigues@unesp.br